
Associação, memória e luta das quebradeiras de coco no Maranhão: o povoado de Petrolina

Association, memory and fight of the coconut breakers in Maranhão: the village of Petrolina

Raimundo Lima dos Santos*

Resumo: Este texto trata da luta de um grupo de quebradeiras de coco babaçu do povoado de Petrolina, no Maranhão. A luta desse grupo origina-se por ser ele contra a devastação dos babaçuais para o fabrico do carvão comercial, direcionado às empresas de ferro gusa na região. Pelas vantagens econômicas, muitas famílias da comunidade estão abandonando a prática tradicional do extrativismo, quebrando uma cadeia econômica de aproveitamento integral do coco; uma cadeia social, do trabalho comunitário; e uma cadeia cultural, dos valores, hábitos e práticas que envolvem o babaçu. Em contraposição a isso, esse grupo de mulheres fundou a Associação de Quebradeiras de Coco com o propósito de contrapor esse novo arquétipo, propondo alternativas econômicas, sociais e culturais, tendo por base a memória dos primeiros tempos de existência do povoado.

Palavras-chave: Associação. Quebradeiras de coco. Luta.

Abstract: This text deals with the struggle of a group of quebradeiras babassu coconut from the town of Leh in Maranhão. The fight leads that group against the devastation of babassu for the manufacture of commercial coal, targeted to businesses of pig iron in the region. For the economic advantages, many families in the community are abandoning the traditional practice of the extractive, breaking a string of economic recovery full of coconut, a social chain of community work, and a chain culture, values, habits and practices that involve the babassu. To counter this, that group of women founded an association of quebradeiras coconut with a view to counter this new archetype, proposing alternative economic, social and cultural, based on the memory of the early days of life of the village.

Keywords: Association. Quebradeiras coconut. Fight.

* Mestrando em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Bolsista do Fundo de Apoio à Pesquisa do Estado do Maranhão (Fapema). *E-mail:* santoshistoria@hotmail.com.

Introdução

A comunidade de Petrolina tem uma história de sofrimento, perseverança e conquistas, no que se refere à sua formação, ao crescimento e aos conflitos internos. Com mais de meio século de existência, passou por transformações de vários níveis e intensidades. Boa parte dessas transformações procedeu-se a partir de elementos exógenos ao povoado, fruto de mudanças sucedidas no País e no mundo.

A primeira fase da história do povoado se realiza no trabalho de algumas pessoas e famílias oriundas de outras localidades que, por falta de terra própria, instalavam-se temporariamente em áreas mais distantes e disponíveis. O trabalho desses pioneiros ampliou-se a outros e, nas idas e vindas, aos poucos, aí ficaram definitivamente. Nesse processo nasceu o povoado de Petrolina.

Durante muito tempo, a comunidade viveu basicamente na mesma feição, isto é, apenas do trabalho na roça e da quebra do coco babaçu, de modo geral, pelas mulheres. A comunidade vivia socialmente distante da cidade, as pessoas se restringiam apenas a algumas viagens por ano. Entretanto, com o melhoramento das vias de acesso, esse fluxo se intensificou notavelmente; pessoas, mercadorias e dinheiro circulam de forma mais intensa, provocando mudanças no sentido de valorizar economicamente as terras locais.

Até então as quebradeiras de coco babaçu desenvolviam suas atividades livremente, pois, quando não eram donas da terra, tinham acesso livre a elas. A partir da valorização econômica dessas áreas, fazendeiros foram comprando ou tomando as terras dos camponeses locais. Nesse contexto, as quebradeiras de coco precisavam de autorização para quebrar o coco, o que nem sempre conseguiam. As dificuldades estão, pois, não apenas na falta de acesso livre, como anteriormente, mas na crescente devastação da floresta nativa para o plantio de capim. Em decorrência de mudanças como essas, a atividade tradicional do extrativismo local sofreu significativa redução.

Outro divisor de águas na vida das quebradeiras de coco surgiu quando empresas de ferro-gusa começaram a aparecer na região, incentivando a compra de carvão para o aquecimento de seus fornos. A partir desse incentivo, um grande número de famílias tem se dedicado ao fabrico predatório dessa matéria-prima, provocando crescente devastação nos cocais e contribuindo para a redução da prática tradicional do extrativismo.

Com o propósito de se contrapor à prática mercadológica do carvão, que destrói os babaçuais e os laços comunitários, um grupo de quebradeiras do povoado de Petrolina fundou uma associação com o objetivo de promover alternativas econômicas e sociais, a partir de um debate acerca da preservação florestal. Em seu conjunto de ações, está contida a construção de um discurso identitário pautado na memória de uma vida saudável, tranquila e abundante, tal como se dava nos tempos da origem do povoado. Os valores comunitários são exaltados porque refletem um tempo de cooperação mútua no interior do povoado.

Promovem esse debate por meio da associação com outras instituições como Organizações não Governamentais, sindicatos e órgãos públicos; internamente, dialogam com a Igreja católica e a escola, dentre outras. Desenvolvem trabalhos com quebradeiras de coco do povoado, discutindo o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. Realizam cursos de artesanato e de aproveitamento integral do coco. Um dos principais objetivos é não perder de vista parte dos valores comunitários e *relembrar* às pessoas para que vivam em harmonia social e ambiental, tal como viviam os primeiros moradores de Petrolina.

Primeiros tempos

O povoado de Petrolina localiza-se na zona rural de Imperatriz, oeste do Maranhão, numa região conhecida por “Bico do Papagaio”, pelo seu formato geográfico que se assemelha ao bico dessa ave. A formação dessa comunidade iniciou logo em meados da década de 50 (séc. XX) (FRANKLIN, 2008, p. 132) quando começaram a se instalar as primeiras famílias. A partir do trabalho desses pioneiros, a comunidade começou a tomar formato de povoado, até que realmente se formou o que é hoje um dos principais povoados da região de Imperatriz.

A área que corresponde ao aglomerado, atualmente, antes das primeiras famílias ou pessoas fixarem residência lá, já era conhecida por camponeses que iam fazer suas roças. Tratava-se de camponeses residentes em outros municípios vizinhos que costumavam sair em busca de terras férteis e disponíveis. Faziam as roças em uma área e moravam em outra, na qual as terras já tinham proprietários que, muitas vezes, impediam o livre acesso aos demais moradores da localidade.

No tempo de capinar, derrubar, queimar e plantar, as idas e vindas eram constantes; à época da colheita, exigia-se um tempo mais extenso no local, dependendo do tamanho da roça, até mais de um mês. Nessa demora da colheita, os camponeses faziam barracos cercados e cobertos de palha da palmeira de babaçu.

Exigia-se a presença das mulheres, conseqüentemente, a dos filhos e filhas, de crianças ou adultos. A função dos mais velhos era acompanhar o pai nos trabalhos mais exaustivos da roça; no caso das crianças, auxiliar mãe em tarefas simples como levar a comida à roça, ajudar na limpeza do barraco, dentre outras tarefas domésticas; as filhas, independentemente da idade, via de regra, sempre acompanhavam a mãe nas tarefas domésticas ou na própria colheita, pois essa atividade acaba mobilizando toda a família, por se tratar de um trabalho relativamente leve. Além disso, terminar o corte do arroz, a colheita do feijão, a quebra do milho e a colheita de uma série de frutos e legumes significava estar em casa mais cedo com o conforto da abundância para o ano inteiro.

Esse pode ser visto, no sentido lato, o significado primeiro do trabalho na roça para os desbravadores da área que formou a comunidade de Petrolina. Entretanto, ainda que homens, mulheres e crianças tivessem um mesmo objetivo, que era o de garantir a sobrevivência da família pelo trabalho agrícola, as representações e as próprias atividades variavam um pouco no que diz respeito ao papel exercido por uma a uma das pessoas.

Se na roça o trabalho da mulher era visto, de maneira geral, como um trabalho auxiliar, pois sua ênfase se dava na comida, na limpeza, no cuidado com as crianças e na colheita apenas nas horas em que não estava envolvida nesses trabalhos, na cata e quebra do coco o sentido era outro, seu trabalho era fulcral. As meninas têm uma forte participação, pois aprendem a quebrar o coco, na maioria das vezes, a partir dos 10 anos de idade; os meninos até antes de começar o trabalho com o pai, acompanhavam a mãe de forma secundária, enquanto ao esposo, sua participação nessa atividade era quase inexistente, pois quase sempre estava encarregado da função de administrar a produção agrícola. Mesmo quando sobrava tempo para o marido quebrar coco junto com a esposa e os filhos, raramente ele acompanhava o mesmo nível de produção que a companheira.

A quebra do coco constituía-se como um trabalho paralelo. Próximo do barraco de moradia provisória, as mulheres faziam pequenos barracos cobertos de palha e aberto nas laterais. O objetivo era apenas comportar

algumas quebradeiras sentadas no chão protegidas do sol e da chuva. Enquanto os maridos estavam na roça, as esposas organizavam pequenos grupos para juntar e quebrar com a finalidade de levar para casa após o cultivo da roça; em casa, aproveitavam as amêndoas torradas com a finalidade de fabricar azeite para o consumo alimentar e o fabrico de sabão caseiro; extraíam o leite do coco cru para alimentação, substituindo o leite de vaca e o tempero de carnes de caça; fabricavam remédios caseiros a partir da casca do fruto. Voltar para casa era mais que voltar com os muitos produtos adquiridos na roça.

Fabricavam-se artesanatos a partir da palha da palmeira de babaçu, começando pela própria cobertura da casa, confeccionavam desde portas, janelas e até esteiras que poderiam ser utilizadas para dormir; abanos para auxiliar no acendimento do fogo doméstico; cofos, objetos que servem para transportar arroz, feijão, carvão, roupas e tudo aquilo que se queira, dependendo do tamanho. Do caule da palmeira velha extraía-se o adubo, muitas vezes para o plantio de uma pequena horta no quintal ou um canteiro, espécie de pequena horta suspensa em um jirau de talos da palha de coco para evitar que crianças ou animais domésticos interferissem no crescimento das verduras plantadas.

Do coco velho fazia-se o carvão para uso doméstico ou para venda em pequena escala, posto que a qualidade do carvão de babaçu é incomparável diante de qualquer outro vegetal, afirma a quebradeira de coco Hilda (Informação verbal, 2008, p. 5). Dentre os vários outros benefícios que o babaçu trazia e traz às famílias, esses são os mais importantes. Por tantos subprodutos extraídos, a palmeira de babaçu ganhou o merecido título de “Mãe das Quebradeiras de Coco”, título que ela tem não apenas no povoado de Petrolina, mas em várias outras localidades nas quais haja o fruto. Não por acaso, há um enorme respeito para com as florestas nativas por partes das mulheres que já criaram filhos e netos por meio da quebra do coco.

Com o tempo, essas famílias que vinham e plantavam a roça, quebravam o coco e voltavam, passaram a ter demoras cada vez mais extensas até que as primeiras famílias resolveram ficar de vez, perto do local da roça e da quebra do babaçu. O tempo foi passando, e outras famílias tomaram a mesma decisão, até que o povoado ganhou um nome: *Puruquero*, nome do primeiro homem a andar na região quebrando coco e fazendo roça de que se tem notícia. Ainda que o nome posteriormente tenha mudado para *Petrolina*, alguns moradores mais antigos ainda chamam pelo nome do primeiro morador.

A notícia de terras abundantes e férteis se espalhou por muito longe; começaram a surgir famílias de outras partes do Maranhão. Um dos motivos mais evidentes foi a falta de terras, muitas vezes ocasionada pela grilagem, uma realidade comum na época e em praticamente todo o País. (SANTOS, 2007, p. 13). Surgiram pessoas originadas de vários lugares para se instalar em Petrolina, que representava a fartura de terras e de coco babaçu. Não demoraram a chegar famílias dos Estados do Piauí, do Ceará e de Pernambuco; em pouco tempo, o povoado se tornou uma das maiores aglomerações populacionais rurais da região de Imperatriz.

Na primeira metade da década de 60 (séc. XX), foi construída uma escola pública para atender às centenas de crianças do Ensino Fundamental. Surgiu, organizada pelos próprios moradores, uma grande feira livre no povoado que atraía pessoas de outros municípios. Vários subprodutos do babaçu poderiam ser encontrados lá: do artesanato a remédios e alimentos alternativos; da roça encontrava-se farinha, feijão, milho e uma infinidade de produtos alimentícios. Encontrava-se de tudo, afirma Raimunda da Silva Sousa. (Informação verbal, 2008, p. 7).

Para as famílias que viviam no povoado a vida era sossegada e boa, pois tinham tudo de que necessitavam; da roça e do coco era possível viver bem, apesar das muitas dificuldades estruturais como estradas, que inibiam o acesso a outras localidades para adquirir produtos que não era obtido na roça. Remédios farmacêuticos eram alguns deles.

No início dos anos 70 (séc. XX), foi construída uma via de acesso interligando os municípios de Imperatriz e seu adjacente, Cidelândia. (SANTOS, 2008, p. 7). O nome desse caminho ficou conhecido como “Estrada do Arroz”, pelo seu expressivo volume de produtividade desse gênero alimentício, ainda que não fosse apenas o arroz. Essa estrada sai de Imperatriz, passa por vários povoados até chegar em Cidelândia, num percurso de cerca 60 km. Petrolina é o último povoado, distando 12 km do município vizinho e 48 km da zona urbana de Imperatriz.

A presença dessa estrada, inegavelmente, trouxe uma série de vantagens aos povoados, no caso em evidência, o de Petrolina. O comércio ampliou-se consideravelmente, o fluxo de pessoas e mercadorias se intensificou de modo sensível, os subprodutos do coco babaçu, arroz, milho e feijão rapidamente podem ser vendidos na cidade com o intuito de adquirir os produtos industrializados como a máquina de plantar arroz e o machado para quebrar o babaçu, dentre outros equipamentos ou produtos necessários.

No bojo de todas as positivities, houve uma série de mudanças que se delinearam com aspectos negativos à grande parte das famílias mais antigas do povoado. A dinâmica social, motivada pelo melhoramento da locomoção, contribuiu para o surgimento de outras dinâmicas, a exemplo de uma interação mais intensa de mercado no interior da comunidade, envolvendo não apenas os produtos da terra, mas a própria terra.

A grande mudança

A construção da Estrada do Arroz, dentre outras interferências externas, provocou transformações significativas no interior dessa comunidade, e muitas dessas mudanças ocorreram de forma negativa para muitas famílias, não apenas em Petrolina, mas em todos os povoados que circundam a Estrada do Arroz:

Em poucos anos, somente algumas famílias eram donas das terras. Entre os camponeses, uma parte continuou no lugar, trabalhando em terras alheias, outra saiu em busca do sonho urbano, a vida fácil, consumista, confortável e prática. Porém, na maior parte das vezes, encontraram apenas a realidade da vida socialmente marginal. Atualmente, a realidade apresenta um contexto em que os moradores desses povoados passam diante dos arames, separando-os do pasto e do gado; distinguindo um presente sem terra de um passado bem mais favorável e tranquilo. (SANTOS, 2008, p. 38-39).

A partir desse momento, a concentração das terras tornou-se cada vez mais presente, estimulando uma série de alterações nas relações de trabalho a partir do extrativismo. Se antes a terra era livre para o acesso aos babaçuais, passa a um outro formato: o da submissão a um dono. Isso implica uma ordem de mudanças, e a primeira delas é a convivência com um nível de devastação, até então, desconhecido na comunidade. A compra das terras ocorreu, na maior parte das vezes, para a criação de gado, por que essa atividade demanda plantio de capim. É nesse momento que as florestas de babaçuais começaram a perder significativo espaço, passando a ser ameaçadas.

Dos últimos anos até o presente, as florestas têm diminuído consideravelmente no povoado. As localizadas em distâncias maiores ainda estão praticamente intactas, mas nem sempre os donos permitiam o acesso às quebradeiras de coco, já que muitas vezes alegavam preocupação com o gado e com a conservação das cercas. Existia uma série de alegações que impediam fazendeiros de abrirem espaço em suas terras às quebradeiras de coco, de modo que contribuía substancialmente a uma diminuição da atividade extrativista entre as mulheres do povoado, especialmente das novas gerações que cedem mais facilmente às dificuldades.

Apesar do conjunto de problemas apresentado, pode-se afirmar que a prática tradicional do extrativismo não corre risco de extinção pelos motivos expostos, ainda que traga muitas dificuldades. A cultura extrativista do babaçu no povoado de Petrolina deparou-se com um novo obstáculo em sua existência: esse problema surgiu no início da década de 90 (séc. XX) com a vinda de uma empresa à Imperatriz e o surgimento de uma nova atividade: o plantio de eucalipto em vasta escala e a posterior compra de carvão vegetal para o abastecimento das indústrias de derretimento de ferro na região. Desde então, começou o desencadeamento de um conflito no qual algumas fronteiras vão se compondo no sentido de definir a própria existência dos grupos que resistem às interferências motivadas por ações exógenas à comunidade.

Fundação da associação

Na região de Açailândia, município próximo de Imperatriz (70 km), localizam-se várias guserias com a finalidade de derretimento de ferro. Fruto de um projeto maior que envolve a extração do minério na região da Serra dos Carajás, no Estado do Pará, a partir da década de 80 (séc. XX), essas empresas de ferro-gusa concentram suas atividades na parte inicial da cadeia produtiva industrial. Para essa atividade necessitam de altas quantidades de material energético provindas essencialmente do carvão vegetal.

Boa parte desse material energético era adquirida por intermédio de plantações de eucaliptos e de resíduos de madeiras das serrarias na região, com o tempo começou-se a incentivar a fabricação do carvão do coco babaçu na Estrada do Arroz. (PROJETO, 2005, p. 8). À proporção que cresceu a venda do carvão nessa área, cresceu também o número de

fabricantes não só em Petrolina, mas em todos os povoados. Nessa dinâmica, surgem os atravessadores desse comércio, facilitando cada vez mais o volume financeiro do carvão no povoado. As empresas enviam caminhões aos povoados para recolher o carvão comprado pelos atravessadores ou mesmo para comprar de quem tem disponível à venda.

Quando a Selmar se instalou em Imperatriz, o objetivo era a construção de uma fábrica de papel e celulose, entretanto, cinco anos depois, no ano de 1997, com a privatização da Vale do Rio Doce, ela concentrou seus investimentos apenas no plantio de eucaliptos para fornecimento às siderúrgicas. (MACIEL, 2008, p. 3). A empresa passou a se chamar “Ferro-Gusa Carajás” e administrava um plantio de milhares de hectares de eucaliptos, localizados entre os municípios de Imperatriz e Cidelândia. Uma parte expressiva desse plantio está localizada nas proximidades da Estrada do Arroz, conseqüentemente, de Petrolina. Além da elevada concentração fundiária provocada em toda a região, a empresa compra carvão fabricado pelas famílias; a venda desse produto significa uma renda importante aos moradores de lugares pobres como os da Estrada do Arroz, uma vez que as oportunidades de trabalho lá são praticamente inexistentes. A terra concentrada, os babaçuais disponíveis, cada vez mais distantes, e a falta de emprego são uma realidade presente na vida das moradoras do povoado.

Um grupo de mulheres quebradeiras de coco no povoado começou a pensar em uma alternativa que vislumbresse senão suprimir determinadas práticas, pelo menos inibir algumas ações. Essas mulheres perceberam que a atração financeira pela venda do carvão incitava a queima do coco verde ou aproveitável para outros desígnios. A proposta do grupo era fabricar o carvão apenas do fruto velho ou inaproveitável para a quebra ou artesanato, dessa forma, seria exequível a preservação dos babaçuais e da cultura extrativista.

No ano de 1998, esse pequeno grupo de mulheres fundou a Associação de Quebradeiras de Coco do Povoado de Petrolina. Inicialmente, elas contaram com a ajuda de entidades classistas como do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (Centru) e do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB).

Pelo enorme vulto no plantio de eucaliptos, a empresa “Ferro-Gusa Carajás”, pertencente à Vale, foi obrigada a conservar uma reserva natural. Designaram uma extensão florestal de babaçuais que não pode ser devastada ou prejudicada de nenhuma forma pela ação antrópica. Essa reserva de cerca de quinhentos hectares localiza-se em Petrolina.

Em conversas com funcionários da empresa, elas descobriram que poderiam quebrar o coco na reserva legal da empresa, desde que fosse cedida a uma pessoa jurídica e não física. A fundação da associação atendeu a essas necessidades iniciais. Durante um tempo considerável, essa área de proteção não sofreu interferências expressivas por parte das pessoas da comunidade. Desde a fundação da associação, a empresa assina contrato de comodato em intervalo de dois anos, outorgando o direito às famílias incorporadas à associação de explorar o babaçu para uso doméstico ou comercial em pequena escala.

Nos últimos anos, o grupo de mulheres tem sofrido pressão do mercado local do carvão, a própria reserva, antes não percebida como meio de produção para esse produto, se encontra cada vez mais vulnerável diante da demanda no interior do povoado. O papel da empresa é proteger a área contra a ação predatória das pessoas no sentido de queimar o coco, no entanto, ela necessita de material energético em grande quantidade e deixa passar despercebido o problema. As quebradeiras também têm o papel de proceder na vigilância contra a queima dos babaçuais no interior da reserva. Por outro lado, à medida que se pronunciam nesse sentido, desagradam grande parte dos moradores que têm, na venda do carvão, uma alternativa para sua sobrevivência econômica.

Para muitas pessoas da comunidade a associação representa um inimigo, visto que “são contra a sobrevivência honesta das famílias”. (SILVA, 2008, p. 5). A associação possui máquinas para triturar as amêndoas do coco e a fécula do mesocarpo, parte do babaçu localizada entre a casca mais externa, denominada *epicarpo* e a parte mais interna e dura, denominada *endocarpo*, parte que aloja as amêndoas.

Com o emprego dessas máquinas, há maior facilidade na fabricação do azeite, do leite de coco, da farinha do mesocarpo que serve para preparar alimentos como doces, biscoitos, bolos, mingaus, remédios dentre outros. A associação fabrica e vende a farinha de mesocarpo, no entanto, por falta de um mercado consumidor mais estável, a venda oriunda da fabricação desse produto é muito volúvel. Elas entendem que a falta de uma renda favorece consideravelmente a proximidade com o mercado predatório do carvão.

Atualmente, na comunidade, o número de pessoas sobrevivendo do mercado do carvão é cada vez mais expressivo; em contrapartida, a atividade extrativista torna-se mais rarefeita. Crianças, jovens e adultos envolvem-se num processo produtivo mais acelerado e mais lucrativo.

Os jovens sem emprego sentem-se imensamente atraídos pelo trabalho na carvoaria. Num dia de trabalho uma quebradeira de coco quebra até dez quilos de amêndoas, com uma média de 60% dessa quantidade, o preço do quilo custa cerca de um real. No trabalho com o carvão facilmente se produzem cinco sacos diários, com um valor individual de oito reais. Esses números servem para evidenciar as disparidades.

Vários estudos apontam para uma maior vantagem financeira a partir do coco babaçu, desde que se trabalhe com maior valor agregado e não apenas com a venda *in natura* das amêndoas. O MIQCB busca projetos alternativos às comunidades extrativistas nos quatro estados em que atua: Maranhão, Tocantins, Pará e Piauí. Buscando ajuda em nível jurídico e financeiro, por meio de pequenos projetos com entidades governamentais e não governamentais, no âmbito da produção e geração de renda, o grupo de mulheres de Petrolina busca, na especificidade de sua realidade, soluções para o problema crescente da devastação da floresta nativa, que vem contribuindo para a extinção da prática tradicional do extrativismo.

A memória como elemento político

Todo indivíduo tem lembranças, tem memórias, e essas memórias constroem esse indivíduo socialmente. Memória e lembrança, em princípio, parecem uma mesma manifestação; no entanto, Diehl (2000, p. 116) afirma que as lembranças são vivências aleatórias, experiências que se perdem no tempo, por isso, são difíceis de ser sistematizadas socialmente. O conteúdo social fica a cargo da memória, por se constituir em experiências consistentes e palpáveis. A memória é possível de ser enquadrada historicamente.

A construção da memória, no interior dos indivíduos, é objeto de estudo de diversas áreas do conhecimento. Para o filósofo Bergson, as percepções do pensamento são essenciais para estimular determinadas memórias. Ao mesmo tempo, a memória, uma vez suscitada, altera a forma de representação do próprio presente. (BOSI, 2003, p. 9). O passado surge percebido por uma lente do presente, concomitantemente, o presente sofre suas interferências, numa relação de reciprocidade entre presente e passado ou vice-versa.

Mais importante ainda para nossa abordagem será a análise do sociólogo alemão Halbwachs, pelo fato de não só levar em consideração

essa relação de construção da memória, na dinâmica do presente com o passado e vice-versa, como também colocará outro elemento de suma importância para a compreensão da memória: o grupo. O sociólogo sai das fronteiras da memória em si para perceber os grupos sociais construindo a memória. A memória do indivíduo é analisada por Halbwachs como um elemento agregado à memória do grupo e das instituições da sociedade. Toda memória se condiciona na compreensão interior do grupo.

Refere o autor:

As leis naturais não estão nas coisas, mas no pensamento coletivo, enquanto este as examina e a sua maneira explica suas relações [...]. Em outras palavras, existe uma lógica da percepção que se impõe ao grupo e que o ajuda a compreender e a combinar todas as noções que lhe chegam do mundo exterior. (HALBWACHS, 1990, p. 61).

Halbwachs se refere a uma sistemática harmonia que há entre o indivíduo e o grupo, tornando-se praticamente impossível perceber as nítidas fronteiras das “vibrações”, se no próprio indivíduo ou se no grupo ao qual ele pertence e até que ponto essas influências são concebidas pelos agentes no interior do processo. (1990, p. 64). Para reforçar esse desenho de “construção” da memória, Mastrogregori (apud MALERBA, 2006, p. 7) afirma que o presente determina as condições para se enxergar o passado, por meio de condições sociais, políticas e culturais que balizam o olhar do presente em direção ao passado. Isso acontece porque, segundo Pollak (1989), a busca pelo passado tem o propósito de reunir elementos que possam contribuir para a manutenção dos grupos presentes. “O que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo.” (p. 11).

Podemos nos remeter a outra dimensão de memória, não enfatizada diretamente por Halbwachs, não para dirimir sua importância, mas para ampliar o horizonte de nossa abordagem, a saber, o esquecimento. “A nossa capacidade de lembrar algo é a mesma capacidade de esquecer.” (DIEHL, 2000, p. 115). Essas lembranças *proibidas*, *indizíveis* ou *vergonhosas*, muitas vezes, não são sentidas porque passam despercebidas pela sociedade; o que é formalizado é mais fácil de perceber. Na história os esquecimentos e os silêncios revelam, em dada medida, uma manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 1994, p. 426). Com a memória dos indivíduos seria diferente? Partindo da perspectiva de que lembrar não é reviver, e sim, refazer, não.

Distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas e de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado [...] remete[m] sempre ao presente, deformando e reinterpretando o passado. (POLLAK, 1989, p. 9).

É nessa perspectiva de memória apresentada, uma memória formada pelos grupos, atendendo a interesses e a necessidades específicos que esse grupo de mulheres quebradeiras de coco do povoado de Petrolina deve ser percebido. Inserido num conflito social, em que o presente, *pari passu*, destrói um passado com enorme valor simbólico, elas buscam estratégias diferenciadas de resistência para fazer sobreviver a cultura do babaçu.

A partir desses apontamentos acerca de como podemos compreender a memória, vamos analisar algumas das principais estratégias do grupo de quebradeiras de coco de Petrolina, no sentido de manterem a existência de suas práticas. Elas constroem um discurso identitário em nome de um tempo de abundância diante de um presente repleto de problemas novos. As memórias buscadas ganham força num tempo cronológico, nos primórdios da formação da comunidade, da mesma maneira que ganham consistência no tempo vivido, representado por uma vida diferente e melhor.

Nesses dois tempos, tal como propõe Ricoeur (2007, p. 164), constroem seus significados e suas ações, o tempo histórico para elas praticamente não apresenta substancialidade. A credibilidade adotada pelo público-alvo desse grupo de mulheres é fundamental para a sobrevivência de sua mensagem. O testemunho dessas mulheres se organiza na descrição de um tempo no qual se vivia de forma comunitária, se adquiria, com fartura, tudo da própria terra e, de maneira geral, se tinha uma vida mais tranquila.

Um dos primeiros componentes apontados por essas mulheres ocorre na formação social com base em laços comunitários, e a venda individual do carvão quebra a cadeia de solidariedade existente nas práticas tradicionais do trabalho. Tudo o que se produzia se dava com o auxílio uns dos outros, fossem grupos grandes ou pequenos, normalmente se encontrava colaboração mútua. Portanto, a vida de um estava entrelaçada à vida dos outros, gerando e mantendo um forte vínculo de fraternidade na comunidade. A noção de família ampliada dava mais tranquilidade aos moradores antigos, porque, na maior parte das vezes, eram pessoas enraizadas em outras terras, passando, então, a enfrentar

uma vida nova em um novo lugar. Essa estranheza ao lugar favorecia o vínculo familiar com os novos moradores, uma vez que parte da família ficava para trás.

Outro fator enfatizado em relação aos primeiros tempos no povoado é a sensação de uma vida mais saudável. Além das poucas alterações na floresta por meio do desmatamento e das queimadas, a maior parte dos alimentos era natural; os remédios, em grande parte das vezes, eram fabricados a partir de plantas locais que se adquiria livremente na natureza. A ideia de fabricar parte dos próprios remédios e produzir a própria comida tinha e tem um forte significado quanto ao bem-estar alimentar, ainda que não se despreze completamente o que se adquire fora da comunidade, especialmente os remédios.

No discurso das quebradeiras de coco da associação, percebe-se certa inquietação no que diz respeito à postura do consumo atual das pessoas. Tudo se compra: de alimentos a adubos, tudo circula em torno do dinheiro, e não, do trabalho como antigamente. O artesanato do babaçu, para elas, poderia trazer maior contribuição às famílias, no sentido de evitar a compra de produtos industrializados e no sentido de originar um complemento na renda a partir da venda de vários produtos como chaveiros, colares, brincos e uma série de outros produtos. (CRUZ, 2008, p. 8).

A associação tem promovido cursos de alimentação alternativa, de remédios caseiros, de aperfeiçoamento do artesanato e debates sobre meio ambiente, gênero, emprego, dentre outros temas e ações, na tentativa de provocar uma reflexão acerca da realidade atual do povoado. Elas entendem que a melhor forma de melhorar as condições de vida das famílias do povoado é aproveitando melhor os recursos naturais disponíveis, especialmente o coco babaçu. Para elas o comércio do carvão vegetal, da forma como vem sendo conduzido, destrói as práticas tradicionais do extrativismo. Há uma tendência futura de redução desse comércio, por conta da busca de outras fontes energéticas não vegetais.

Uma das maiores preocupações diante disso é que antes desse mercado acabar, que ele destrua as relações sustentáveis de trabalho. Para o grupo de quebradeiras de coco que luta por um projeto alternativo, a melhor saída econômica e social para o povoado é o aproveitamento integral do babaçu, com a possibilidade de geração de renda pelo artesanato e pelo consumo mais intenso de subprodutos do próprio coco, como alternativa a alguns produtos industrializados, a exemplo

do óleo, do leite, dos doces, dos biscoitos, dos bolos e do carvão. Para essas mulheres, uma comunidade extrativista deve viver com base em seus moldes específicos: não apenas comprar, mas também produzir; ter uma contínua preocupação com o meio ambiente; e a perpétua conservação do espírito comunitário entre todos os moradores.

Em dez anos de existência da associação, muitas delas consideram ter tido significativas conquistas, apesar de muitas antipatias. Sua mensagem tem adquirido espaço para ecoar dentro e fora do povoado. Procuram estar inseridas em projetos da escola local, vendendo produtos do babaçu para merenda escolar e contando a história do grupo a estudantes, incentivando a produção de trabalhos escolares. Houve ocasião em que aproveitaram o desfile do “Sete de Setembro”, não para apenas desfilar, mas para levar a mensagem da associação por meio de cartazes, faixas, produtos do babaçu, músicas cantadas durante o desfile, dentre outras ações, numa prática estrategicamente ressignificada.

Na igreja, elas conseguiram um espaço no tradicional festejo ao padroeiro local, que ocorre todo ano, no mês de setembro. O evento dura vários dias, com missas todas as noites, festas, venda de comidas e bebidas. Um desses dias é dedicado e organizado pelas quebradeiras de coco na ornamentação da missa com folhas da palmeira, os cachos do fruto, partes do caule, dentre outras partes. Na venda de comida após a missa, dá-se ênfase às receitas preparadas a partir do babaçu.

Elas procuram dialogar e trabalhar juntamente com outras entidades locais como o Clube de Mães e a Associação de Moradores, além do Grupo de Jovens. Procuram ajuda de entidades fora do povoado, que apoiem sua bandeira, a exemplo do Ibama, do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Imperatriz (STTR), além do Centru e do MIQCB. Por outro lado, precisam de uma sintonia maior com as famílias do próprio povoado, pois nem todas compreendem o mundo como as quebradeiras da associação; parece não se preocuparem com a devastação das florestas nativas e não polemizam a dilaceração da vida comunitária. O fato de se tratar de uma nova geração, filhos, netos e recém-chegados, parece contribuir com isso, pois não acompanharam a formação e o crescimento da comunidade.

Evidencia-se um problema, a saber, a falta de afinidade com um discurso pautado nas memórias. À medida que esse grupo não conheceu a vivência desse tempo, torna-se mais difícil uma sensibilização, posto que essa geração se identifica antes com o emprego, o salário, o lucro e a vida individual. Essa luta está em percurso, e será necessário mais tempo

para o desenho de novas ações e novos resultados. Um fato parece explícito: elas lutam contra algo forte, um presente que caminha cada vez para mais distante desse passado que elas tentam, em parte, lembrar. Contudo, não se trata de uma luta em vão, pelo simples fato de que se não conseguirem reviver esse passado em ações do presente, da forma como querem, irrefutavelmente, terão um papel decisivo na reconfiguração do presente.

Considerações finais

Esse é o percurso de um grupo de quebradeiras de coco babaçu, o qual enfrenta as mudanças de uma nova era que aparece subjugar o tempo de grande parte de suas vivências tradicionalmente enraizadas na cultura da comunidade. As mudanças trazidas por esse novo tempo são aceitas como legítimas por essas quebradeiras que entendem as mudanças como algo necessário e inevitável. Entretanto, elas compreendem que a perda integral de valores e práticas pode se constituir em elementos negativos, em diversos sentidos, no momento em que um grupo perde seus referenciais culturais.

Compreendendo que o presente não se apresenta tão satisfatório como parece, para muitos, buscam elementos na memória de um tempo em que as relações eram mais harmônicas no sentido ambiental, quando não se tinha necessidade de devastar e queimar para sobreviver, era facilmente conciliável a sobrevivência material das famílias e o bem-estar dos cocais, favorecendo, dentre outras coisas, uma vida mais saudável, diferentemente do que acontece hoje.

No sentido social, havia um forte espírito familiar entre os moradores da comunidade, cada vez mais fragilizado pelas relações comerciais individualizadas. Outro elemento importante é a ideia do alimento farto, num tempo em que praticamente se extraía tudo da roça ou dos cocais, pois pouco se comprava; atualmente, a situação se inverte: tudo se compra e tudo se adquire fora da natureza para se retirar do supermercado. Nessa mudança o pobre sai perdendo, porque o dinheiro ganho, na maioria das vezes, é inferior às necessidades.

Por conta de questões como essas, esse grupo de quebradeiras de coco do povoado de Petrolina luta para manter viva parte desses valores *passados* para tentar manter o equilíbrio socioambiental no presente, traduzindo-se em uma vida melhor, em todos os sentidos, para as famílias simples do povoado.

Referências

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (Org.). *Economia do babaçu: levantamento preliminar de dados*. São Luís: MIQCB, 2000.
- _____. SHIRAISHI NETO, Joaquim; MARTINS, Cyntia. *Guerra ecológica nos babaçuais Carvalho*. São Luís: Litografe, 2005.
- BOSI, E. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê, 2003.
- _____. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.
- BOURDIER, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- CRUZ, Terezinha Sousa. Tesoureira da Associação das Quebradeiras de Coco do Povoado de Petrolina. Entrevista concedida a Raimundo Santos, em 13 de julho de 2008.
- DIEHL, Astor. *A cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru: Edusc, 2000.
- FRANKLIN, Adalberto. *Apointamentos e fontes para a história econômica de Imperatriz*. Imperatriz: Ética, 2008.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- HILDA, Maria. Membro da Associação das Quebradeira de Coco do Povoado de Petrolina. Entrevista concedida a Raimundo Santos, em 13 de julho de 2008.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 3. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1994.
- LORIO, Cícera; TEIXEIRA, Regina. Relatório de Avaliação Institucional do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), ago. 2001.
- MACIEL, Márcio. *Técnico florestal da Vale*. Entrevista concedida a Raimundo Lima dos Santos, em 14 de julho de 2008.
- MALERBA, Jurandir (Org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.
- ORRICO, E. G. D.; FERREIRA, Lúcia M. A. *Linguagem, identidade e memória social*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.
- PROJETO Nova Cartografia Social da Amazônia. Série Movimentos sociais, identidade Coletiva e Conflitos. Fascículo 6. Quebradeiras de Coco Babaçu de Imperatriz. São Luís, 2005.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007.
- SANTOS, Raimundo. *A (não) reforma agrária de FHC: problemas e perspectivas no Assentamento Alegria*. Imperatriz: Ética, 2007.
- _____. *Reinventando um mundo: quebradeiras de Imperatriz em busca de um Caminho*. Imperatriz: Ética, 2008.
- SILVA, Tereza A. Membro do Clube de Mães do povoado. Entrevista concedida a Raimundo Santos, em 20 de julho de 2008.
- SOUSA, Raimunda da Silva. Membro da associação. Entrevista concedida a Raimundo Santos, em 20 de julho de 2008.

Artigo recebido em 5 abril de 2009. Aprovado em 16 de junho de 2009.